

CORREIO SUDESTE

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Dados são do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré

Operações na Maré deixaram 160 mortos em dez anos

O projeto De Olho na Maré identificou que entre 2016 e 2025 ocorreram 231 operações policiais no conjunto de 15 favelas do complexo, que resultaram em 160 mortes e 1.538 ações de violência e violação de direitos dos moradores do bairro, além de ameaças, tortura e cárcere privado. Os dados fazem parte da 9ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré 2025, que apresenta a série histórica de monitoramento independente da segurança pública, com informações locais produzidas pelo Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, da Redes da Maré referentes ao período. O boletim apresenta ainda os impactos da violência armada em direitos básicos dos moradores da comunidade.

Escolas e unidades de saúde fechadas

O levantamento mostra ainda que as operações policiais causaram o fechamento de 163 dias de unidades escolares públicas, “o que equivale à perda de cerca de um ano letivo na trajetória educacional de crianças e adolescentes da Maré”.

Na área de saúde, durante o fechamento por 14 dias de unidades de atendimento, somente no ano passado, 7.866 acompanhamentos deixaram de ser feitos.

PMERJ



Medida resulta das investigações do GAESP/MPRJ

Uso correto das câmeras corporais

Devido ao constante descaso, com o uso correto de câmeras corporais pelos agentes de segurança pública, o Ministério Público do Rio expediu esta semana, recomendações aos secretários de estado das polícias Civil e Militar e de Segurança Pública para a adoção de medidas para uso adequado das câmeras operacionais portáteis em operações policiais (COPs). A medida resulta das investigações conduzidas pelo Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP/MPRJ) sobre os fatos ocorridos na Operação Contenção.

Recomendação foi enviada ao STF

O procurador-geral de Justiça, Antonio José Campo Moreira, informou que os ofícios também foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, em cumprimento à prerrogativa constitucional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) de controle externo da atividade policial no estado.

Setor de confecção

O governador do Estado, Renato Casagrande, assinou, na quinta, o Projeto de Lei conhecido como “Lei da Moda”, que concede benefícios fiscais a estabelecimentos industriais dos setores de produtos têxteis, artigos de tecidos, confecção de roupas, acessórios de vestuário e avia-mentos para costura.

Incentivos fiscais

A proposta institui incentivos fiscais que visam reduzir a carga tributária efetiva do ICMS e criar um ambiente mais favorável à produção e ao investimento no Estado. Entre os principais pontos está a concessão de crédito presumido nas vendas realizadas pelos estabelecimentos fabricantes.

Recapeamento I

O governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, e o vice-governador, Ricardo Ferraço, assinaram, na última quinta-feira (19), um convênio para a execução de obras de recapeamento asfáltico em 17 ruas e avenidas localizadas na região central e na Avenida Rio Doce, em Colatina.

Recapeamento II

A solenidade, realizada no Palácio Anchieta, em Vitória, contou com a presença do prefeito Renzo Vasconcelos. O investimento total é de R\$ 17,6 milhões. As obras incluem importantes corredores urbanos e vias estratégicas para a circulação no município, entre elas as avenidas Luiz Dalla Bernardina, José Zouain e Getúlio Vargas.

Guia de Atrativos I

O Parque Estadual Mata do Limoeiro, no distrito de Ipoe- ma, em Itabira, lançou o Guia de Atrativos da unidade de conservação, como parte da programação comemorativa pelos 15 anos do parque que segue com atividades abertas ao público até junho. A iniciativa apresenta informações sobre diversas experiências.

Guia de Atrativos II

Administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), o parque passa a contar com uma publicação institucional e educativa que reúne dados detalhados sobre seus principais percursos. Entre os destaques estão a Trilha dos Sentidos, o Circuito Esportivo e o acesso a atrativos naturais como cachoeiras e mirantes.



Valor vai para saúde, assistência social, educação e mobilidade

Brumadinho: repasses de R\$ 91 mi em 21 cidades

Total destinado às prefeituras supera R\$ 2,7 bilhões

Da Redação

As prefeituras de 20 municípios da Bacia do Paraopeba já receberam, neste mês, R\$ 72,4 milhões provenientes do Acordo de Reparação de Brumadinho para executar projetos voltados ao fortalecimento dos serviços públicos e à melhoria da infraestrutura local. Além desse montante, outras três prefeituras da região receberão, nas próximas semanas, mais R\$ 18,7 milhões, totalizando cerca de R\$ 91 milhões em novos repasses para 21 municípios da Bacia do Paraopeba.

Os recursos serão aplicados em ações nas áreas de saúde, assistência social, educação e mobilidade, com impacto direto no atendimento à população atingida pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho.

Foram contempladas as cidades de Abaeté, Caetanópolis, Curvelo, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Igarapé, Mateus Leme, Maravilhas, Mário Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté, Três Marias e, nesta nova etapa, também Biquinhas.

Os recursos viabilizam o custeio de profissionais de saúde e assistência social, a ampliação de consultas, exames e cirurgias, obras de pavimentação, constru-

ção e reforma de ponte, implantação de unidade educacional e aquisição de veículos para reforço de serviços públicos.

“Cada novo repasse representa mais um passo para transformar os recursos da reparação em melhorias reais na vida das pessoas, aprimorando os serviços públicos e apoiando o desenvolvimento dos municípios atingidos”, afirma a superintendente Central de Reparação Pró-Brumadinho da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), Geovana Santos.

Os repasses integram as ações já previstas no Acordo de Reparação para o fortalecimento dos serviços públicos na região atingida. No caso dos projetos de saúde e assistência social, a liberação de novas parcelas ocorre à medida que os municípios avançam na execução dos valores já recebidos, com acompanhamento da auditoria socioeconômica independente e da Seplag-MG. Os recursos, já depositados judicialmente pela Vale, são transferidos às prefeituras conforme a evolução dos projetos e dos trâmites de liberação.

Com as novas liberações, os recursos destinados às prefeituras no âmbito dos projetos socioeconômicos da reparação superam R\$ 2,7 bilhões, ampliando a capacidade dos municípios de executar obras, fortalecer serviços e promover melhorias concretas para a população.